

A SEXUALIDADE COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

Ana Paula Evangelista de Almeida
Universidade Federal de Juiz de Fora
Mestranda em Ciências Sociais
evangelistaalm@yahoo.com.br

Glauber Loures de Assis
Universidade Federal de Juiz de Fora
Pós-graduado em Políticas Públicas e Gestão Social
glauberloris@yahoo.com.br

Resumo

A sexualidade é uma questão que, por sua característica biológica, necessariamente se faz presente na vida de todos os indivíduos. Entretanto, além de seu caráter fisiológico, a sexualidade possui características sociais. Insere-se, portanto, como tema que exige tratamento público. Verifica-se, porém, que a sexualidade não é um tema tratado rotineiramente de maneira específica nas políticas públicas, aparecendo muito mais em políticas relacionadas à criminalidade, educação e, sobretudo, saúde, em uma abordagem negativista que relaciona o sexo à proliferação de doenças e à gravidez indesejada. Destarte, nosso trabalho objetiva busca a compreensão dessa aparente “ausência” de discussão sobre a sexualidade na esfera de políticas públicas e empreende um estudo acerca da concepção social sobre o tema, de modo a descobrir se esse se configura como um assunto tabu, que possui regras de conduta uniformes, ou se existe um discurso que se prolifera, de maneira multifacetada. Também empreende-se um estudo da bibliografia sobre a evolução do pensamento social acerca da sexualidade, de modo a compreender em que medida a idéia de sexo é consolidada ou transformada continuamente, para posteriormente compreender as políticas públicas nacionais, realizando assim uma breve análise de algumas campanhas do Ministério da Saúde.

Palavras-chave: sexualidade, dispositivo de sexualidade, biopoder.

INTRODUÇÃO

O estudo das políticas públicas relacionadas à sexualidade é pertinente por ser a sexualidade objeto de interferência em todas as demais áreas de políticas públicas: saúde (prevenção de DSTs), culturais (danças em geral, funk), criminalidade (pedofilia, estupro), educação. Justifica-se ainda pelo fato de, pelo seu caráter biológico, mas

também social, a sexualidade abordar a totalidade dos indivíduos, se constituindo assim como uma espécie *sui generis* de fato social total, visto que está presente (biologicamente, ao menos, essa é uma assertiva incontestável) na totalidade da sociedade, inserindo-se também na totalidade das instituições, e possui, certamente, à partir das tipificação das condutas sexuais, eminente valor coercitivo. Por outro lado, com relação ao o caráter social da sexualidade, dizem Thomas Luckmann e Peter Berger (2007): “A sexualidade e a nutrição estão canalizadas em direções específicas mais socialmente do que biologicamente, canalização que não somente impõe limites a estas atividades, mas afeta diretamente as funções orgânicas”.

A partir das idéias apontadas anteriormente, em um primeiro momento, este artigo procura realizar uma revisão literária sobre o tema da sexualidade. Logo em seguida, são utilizadas pesquisas qualitativa e quantitativa para traçar uma análise do tema da sexualidade em políticas voltadas à área da sexualidade, mormente relacionadas à saúde.

Do ponto de vista qualitativo, este trabalho realiza uma breve análise de conteúdo das campanhas e cartilhas do Ministério da Saúde brasileiro, de modo a desnudar sua concepção e ideologia em torno da sexualidade.

É nesse aspecto que esse estudo se ancora em algumas premissas do interacionismo, haja vista que esta escola de pensamento propõe um novo olhar sobre a sociedade, que encara a realidade como um processo de interações ocorrida entre os indivíduos em sua vida cotidiana. O mundo não é dado, objetivado, nem as relações sociais determinadas a priori, por processos reificados. Ao contrário, as relações sociais são construídas pelos atores em interação. Daí a relevância apresentada aqui por alguns princípios do interacionismo e da sociologia do conhecimento. Dessa forma, as contribuições de Anselm Strauss (2008), e Norman k. Denzin (2006) sobre as técnicas e procedimentos da pesquisa qualitativa foram valiosos para realizar a análise dos materiais coletados no site do Ministério da Saúde.

Strauss (2008: 22) atenta para a necessidade de, ao empreender uma pesquisa ou estudo, levar em conta a

complexidade e a variabilidade dos fenômenos e das ações humanas, e considerar que as pessoas são atores que assumem um papel ativo para responder a situações problemáticas; sustenta também que é mister perceber que as pessoas agem com base em significados; logo, os significados passam a ser definidos e redefinidos através da interação. Doravante, ao discorrer sobre o tema da sexualidade, deve-se considerar quais são os processos de interação que ocorrem entre os indivíduos, que os levam a obter “crenças e valores” em torno desse tema. E ao associar esse tema com as políticas públicas do Governo, é imperativa a utilização de alguns procedimentos como observações, por meio de documentos, imagens, filmes e gravações. Neste artigo, pretende-se avaliar os slogans de campanhas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez e mesmo higienização do corpo.

Segundo Strauss (2008), a pesquisa começa com uma área de estudo para, em seguida, surgir a teoria através dos dados. Assim, Denzin (2006) lembra que o pesquisador qualitativo vai atuar como o *bricoleur* ou como o confeccionador de conchas.

Por meio da revisão literária, da coleta de dados sobre o tema, da utilização de pesquisas anteriores, ele constrói sua colcha de retalhos, até chegar ao produto final.

Por outro lado, do ponto de vista quantitativo, utilizaremos alguns dados estatísticos da pesquisa presente no livro “**A cabeça do brasileiro**”, de Alberto Carlos Almeida (2007) para avaliarmos as crenças e percepções dos brasileiros com relação a sexualidade.

Com bases nas idéias apresentadas anteriormente e nas leituras feitas sobre o tema da sexualidade, surgem inúmeras indagações. Existe um fator determinante para a formação de uma visão específica em torno das práticas sexuais? Se sim, quais são? Renda, classe, religião, família? Qual o papel das relações sociais cotidianas na formação de um discurso sobre a sexualidade? E qual o papel do Estado na promoção de políticas públicas sobre a sexualidade? E qual o papel da mídia? Em que medida a sexualidade se traduz em Biopoder? É possível estabelecer políticas públicas relacionadas a sexualidade? Se sim, em que medida podem elas ser eficazes naquilo que propõem? E o que propõem

além da prevenção? Existem problemas sérios relacionados a sexualidade que precisem ser discutidos, além de doenças sexualmente transmissível e gravidez não desejada? A sexualidade pode se traduzir em uma questão política? Existe um discurso uniforme ou multifacetado apropriado pela população?

Este trabalho, evidentemente, não pretende dar uma resposta definitiva a todas estas questões. Ao contrário, sua idéia é problematizá-las a fim de demonstrar o amplo leque de possibilidades e discursos que a sexualidade suscita. Para tanto, o projeto pretende investigar, no presente artigo, quais são as pesquisas e estudos realizados em torno do tema sexualidade, para posteriormente verificar as políticas públicas nacionais relacionadas a ele, através da análise de campanhas e projetos do Ministério da Saúde.

Como expõe Michel Foucault (1994) foi a "colocação do sexo em discurso", que saberes e poderes são criados para normatizar, controlar e estabelecer "verdades" a respeito do corpo e seus prazeres. Para o autor, a sexualidade foi uma invenção do século XVIII, época em que circunstâncias

sociais ligadas à expressão do sexo e a determinados contatos corporais visando à obtenção e à produção do prazer, adquiriram um conteúdo específico. Na trajetória ocidental, a sexualidade passou a significar uma dimensão da pessoa moderna ocidental, crucial para a definição do sujeito.

Nesses termos, recorda Foucault, vários saberes, instituintes e instituídos em hospitais, presídios, manicômios e também fabricados pelo próprio dispositivo da sexualidade, fizeram dela o lugar de enunciação da verdade interna dos sujeitos. A partir da "*modernidade*", criou-se um conjunto de discursos sobre o sexo, codificados em termos do caráter do desejo sexual, definido pelas noções de heterossexualidade e homossexualidade. Essa forma de classificação é derivada da psiquiatria do século XIX e, portanto, bastante peculiar à sociedade ocidental.

No entanto, o autor questiona se toda esta atenção com que nos alvoroçamos em torno da sexualidade, há dois ou três séculos, não estaria ordenada em função de uma preocupação elementar: assegurar o povoamento, reproduzir as forças de trabalho, reproduzir a forma das

relações sociais; em suma, proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora?

A partir dessas indagações, Michel Foucault (1999), ressalta a importância de que ao se tratar do tema da sexualidade é preciso levar em consideração o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o "fato discursivo" global que o envolve. É em torno dessa premissa que se sustentam as análises do presente trabalho:

Não é, portanto, simplesmente em termos de extensão contínua que se deve falar desse acréscimo discursivo; ao contrário, deve-se ver aí a dispersão dos focos de onde tais discursos são emitidos, a diversificação de suas formas e o desdobramento complexo da rede que os une. Em vez da preocupação uniforme em esconder o sexo, em lugar do recato geral da linguagem, a característica de nossos três últimos séculos é a variedade, a larga dispersão dos aparelhos inventados para dele falar, para fazê-lo falar, para obter que fale de si mesmo, para escutar, registrar, transcrever e redistribuir o que dele se diz." (Foucault, 1999: p. 35).

Desse modo, esta investigação leva em conta os pressupostos presentes no livro "*A construção social da Realidade*", de Thomas Luckmann e Peter Berger, segundo os quais a realidade é construída pela ação efetiva do homem. Isso significa que as instituições sociais e, por conseguinte, hábitos e rotinas de vida são objetivados a partir da experiência cotidiana e da interiorização de seus valores nos indivíduos. As representações que os indivíduos possuem da realidade não são estáticas, não são definidas a priori pelo ser humano. O mesmo acontece com a sexualidade, que não deve ser encarada de maneira unívoca, uniforme. Burgo Partridge (2003), no livro "*Uma História das Orgias*", ilustra bem o caráter mutável da idéia de sexualidade nos decorrer dos séculos. Segundo ele, diferentes sociedades tiveram concepções acerca do sexo completamente distintas. A Grécia antiga, por exemplo, não só tolerava, como incentivava a homossexualidade em determinadas ocasiões, enquanto que, no período em que vigora o império Romano, começa a se configurar a ligação entre sexo e pecado. Esta abordagem, permeada de diferenças em relação à natureza de

cada concepção sobre a sexualidade, principalmente no tocante à repressão, é reiterada por Foucault (1999) em seu livro *“História da Sexualidade”*, quando ele afirma que a *modernidade* tem sua própria idéia de sexualidade, que consiste em colocar o sexo em discurso, com vistas, em última instância, ao controle social através do que ele chama de “Biopoder”. É com base nas premissas foucaultianas de disciplinarização do corpo, por meio do “biopoder”, em que ocorre "uma explosão de técnicas numerosas e diversas para obter a subjugação dos corpos e o controle de populações" que analisaremos alguns slogans e cartilhas do Ministério Público sobre o tema da sexualidade.

Por outro lado, deve-se recordar que a obra de Partridge é premiada pelo argumento de que as orgias sempre estiveram presentes na sociedade, como uma válvula de escape para as pressões da vida cotidiana. Logo, toda a sociedade configura uma noção de conduta sexual ao mesmo tempo que engendra mecanismos aceitáveis de subversão dessa conduta (vide o carnaval brasileiro).

Do interacionismo, também é muito pertinente para este trabalho o

livro *“Outsiders”*(2008), de Howard Becker. Sua pesquisa sobre o comportamento pode ser útil também na tipificação de condutas sexuais. Nesse sentido, pode se compreender os mecanismos pelos quais o “desviante” sexual é estigmatizado. Uma passagem de *“História da sexualidade”* ilustra muito bem como a característica principal homossexual vem acompanhada de características auxiliares, tornando sua exteriorização como desviante quase inevitável: “Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas”(Foucault,1999)

No tocante a literatura brasileira sobre o tema da sexualidade, nota-se, a maior parte dos trabalhos que tratam do tema é constituída por estudos qualitativos sobre a organização social da sexualidade e cultura sexual de regiões ou populações específicas. Ou então, voltada para o interesse de promoção de estudos e pesquisas em torno da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, controle de natalidade e higienização do indivíduos. No entanto, no último decênio, o discurso sobre a sexualidade pontualmente se apresenta de forma

diferenciada no país; autores como Vanessa Leite, Carla C. L. de Almeida, e mesmo a pesquisa realizada por Alberto Carlos Almeida apontam quais são as concepções e crenças dos brasileiros sobre sexualidade e reiteram o argumento foucaultiano de analisar a sexualidade em termos do discurso tanto do indivíduo como do próprio Estado. Logo, o discurso sobre a sexualidade passa a ser inserido no ambiente midiático e no contexto educacional.

Defende-se aqui que a reflexão, estudos e pesquisas acerca da sexualidade estão presentes de forma obtusa na esfera pública. Cabe lembrar que é nesse espaço que encontramos os diferentes atores sociais que atuam na formulação, gestão, execução e controle das políticas sociais. De acordo com Vanessa Leite (2009), a sexualidade não era tratada pela maioria das organizações e espaços de formulações de políticas. A autora lembra que a “abordagem da sexualidade é marcada por uma perspectiva negativa, vinculada com frequência, por exemplo, à gravidez, às doenças sexualmente transmissíveis e à violência (sobretudo à exploração sexual e ao abuso no âmbito da família).”

Segundo ela, é somente a partir das Conferências Internacionais de Cairo e Pequim, em 1994 e 1995, respectivamente, que surge uma idéia de direitos sexuais que separa a sexualidade da reprodução e da patologia, de modo a trazer à baila uma abordagem positiva do tema, tratado como um direito que não está inerentemente ligado à violência, ao casamento e à reprodução. À partir dessa heterogeneidade de concepções sobre a sexualidade, faz-se necessário um estudo dos discursos que as acompanham.

Da mesma forma, Carla Cristina Lima de Almeida (1994) afirma que o discurso da sexualidade deixa de se localizar exclusivamente no espaço privado, íntimo, particular, para ser compartilhado publicamente. O Estado passa a recorrer ao especialista, ao médico, ao psicólogo, à enfermagem e aos meios de comunicação para tornar público esse discurso. Observa-se claramente essa proposição em uma das páginas da cartilha do Ministério da Saúde direcionada para lésbicas e mulheres bissexuais:

Sexualidade
Falar sobre sexualidade ainda é muito difícil.
O comportamento sexual é, antes de tudo, uma forma de expressão que envolve o corpo, a linguagem, os costumes, a saúde física e mental, e permite compreender a cultura de cada pessoa, com seus limites e possibilidades.
Por isso, a sexualidade deve ser vivida de acordo com o desejo de cada pessoa.
Quando procurar uma(um) profissional de saúde, não tenha medo de falar sobre seus desejos e práticas sexuais, ela (ele) está lá para lhe ajudar, para tirar suas dúvidas e, para isso, vai precisar conhecer você.

Fonte: Ministério da Saúde

Na mídia, o discurso da sexualidade passa a ser traduzido nas novelas, nos programas de debates do rádio e da televisão, nas notícias de jornais e revistas e mesmo na internet, aonde tem como mote a discussão em torno de como se fazer o sexo. Programas de auditório como “Márcia” na Rede de Televisão Bandeirantes, que mostra os dramas de pessoas comuns em busca de soluções para seus problemas, principalmente ligados a sexualidade, ou telenovelas

direcionadas para jovens, como o caso de Malhação da Rede Globo de Televisão, associam as descobertas dos adolescentes sobre sexualidade com o mundo escolar. No entanto, a autora adverte que esta publicização da sexualidade poderia levar à falsa conclusão de que na atualidade haveria maior democratização ou liberação das questões relativas a sexualidade. Na verdade, esse discurso encontra-se em articulação com os problemas sociais, tais como aqueles mencionados anteriormente: gravidez precoce, crescimento desordenado da população mais pobre, doenças sexualmente transmissíveis e, mais recentemente, a AIDS. Por isso, esse trabalho procura analisar as proposta de políticas públicas em relação à sexualidade situadas em campanhas e projetos no site do Ministério da Saúde brasileiro.

Projetos desenvolvidos pelo governo federal têm direcionado o tema da sexualidade para o âmbito educacional. Os dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2009) mostram que 87,5% dos estudantes da rede pública e 89,4% da rede privada receberam informações sobre AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. Quanto à

orientação sobre prevenção de gravidez, 82,1% dos alunos das escolas privadas e 81,1% das públicas, no total das capitais brasileiras e Distrito Federal, receberam informações sobre o tema na escola. A pesquisa revela, ainda, que 71,4% dos estudantes da rede pública e 65,4% da rede privada tiveram informações sobre a aquisição gratuita de preservativos.

Segundo Carla Cristina Lima de Almeida (1994), desde a década de sessenta que se coloca no estado brasileiro a idéia de uma educação sexual. Júlia Stermbruck (deputada federal do MDB em 1968), propôs no Congresso a introdução da educação sexual como disciplina obrigatória nas escolas. Naquela época, como é lembrado por Zuenir Ventura (2006: 39), a questão da pílula e dos anticoncepcionais era debatida com frequência em revistas e jornais. O número cinco da revista *Paz e Terra* dedicava dez artigos ao tema da sexualidade. Assim, nos últimos decênios houve uma transformação do discurso da sexualidade, que passa de um elemento exclusivamente moralizante para uma abordagem técnica, de um saber especializado, em que a educação sexual pode emergir enquanto discurso no interior da escola.

No Brasil, a sexualidade adquiriu, assim, uma linguagem particular, sob o condicionante do discurso social:

Através das práticas de educação e saúde o discurso sanitarista pretende intervir no campo individual, elegendo a mudança de comportamento e o conhecimento/informação (anátomo-fisiológico) como estratégias de ação. A epidemiologia é responsável pela representação social do problema; ou seja; a reprodução e as doenças sexualmente transmissíveis/Aids são decodificadas enquanto doenças do espaço público que possuem uma dinâmica quantificável, daí tornarem-se um problema de saúde pública. A partir dessa construção a sexualidade é legitimamente objeto de intervenção pública, articulada pelos dois eixos que a atravessam, o particular/íntimo e o público/social.” (Almeida, 1994: p. 79).

Como aponta Foucault (1994), é no interior de um determinado momento histórico, a partir de contextos específicos, que começam a surgir discursos e práticas que visam responder às demandas sociais, políticas ou morais.

De acordo com o autor, agora cumpre falar do sexo como algo que não se deve simplesmente condenar ou

tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. Ele passa a ser administrado. No Brasil, as mudanças de condutas sexuais vêm se apresentando assim como uma das únicas estratégias possíveis de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, colocando grande parte da responsabilidade no indivíduo. Elevando-se ao poder público, exige procedimentos de gestão, como no caso do Ministério da Saúde, e deve ser assumido por discursos analíticos, dados em grande parte no âmbito escolar.

Dessa forma, a “polícia” do sexo passa a ser a necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição. Assim, os meios de comunicação legitimam esse processo e cria-se um conjunto de discursos sobre o sexo, codificados em termos do caráter do desejo sexual, definido pelas noções de heterossexualidade e homossexualidade.

A partir dos argumentos expostos anteriormente, pretende-se aqui trazer à tona algumas das campanhas e projetos desenvolvidos pelo Ministério da Saúde nos últimos

anos, com relação ao tema da sexualidade:



O **Vista-se** é um selo que passa a assinar todas as peças de promoção ao uso do preservativo produzidas pelo Ministério da Saúde e seus parceiros e que poderá ser aplicada também nos materiais de prevenção das ONG, empresas da iniciativa privada e outras instituições governamentais...Com o tempo e com a insistência em sua exposição, o símbolo do VISTA-SE pode tomar o lugar da mensagem "use sempre camisinha" (**Fonte: Site do Ministério da Saúde**)

Nota-se abaixo que um dos logotipos adotados como campanha de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis incentiva o uso de preservativos. No entanto, esse logotipo possui um ponto de exclamação, que indica um vocativo na frase que representa essa imagem; Vista-se, isso é, "use sempre camisinha". É nesse aspecto que se observa um discurso que envolve a disciplinarização do corpo,

como colocou Foucault (1999), através de um “biopoder” impetrado pelo Estado, em que há "uma explosão de técnicas numerosas e diversas para obter a subjugação dos corpos e o controle de populações".



(Fonte: Site do Ministério da Saúde)

Por outro lado, a campanha de carnaval de 2010 adota um novo discurso, colocando o tema da sexualidade no âmbito do prazer “Camisinha. Com amor, paixão ou só sexo mesmo. Use sempre”. De acordo com o site do Ministério da Saúde, essa campanha era voltada para jovens na faixa etária de 16 a 24 anos, priorizando mulheres jovens e homens homossexuais.



(Fonte: Site do Ministério da Saúde)

Além disso, o Ministério da Saúde procura desenvolver campanhas direcionadas para as camadas mais pobres da população, em especial aqueles que são beneficiados por programas como a “Bolsa Família”. Abaixo observa-se um cartaz com o slogan “Camisinha, um direito seu”, em que tem duas beneficiárias do Bolsa Família como garotas-propaganda dos materiais impressos.



Camisinha, um direito seu.
Campanha direcionada às mulheres

beneficiárias do Programa Bolsa Família.
(Fonte: Site do Ministério da Saúde)

. Essa campanha vem confirmar as idéias apresentadas nesse estudo, em que o discurso do Estado sobre o tema da sexualidade, encontra-se em articulação com os problemas sociais, tais como aqueles mencionados anteriormente: gravidez precoce, crescimento desordenado da população mais pobre, doenças sexualmente transmissíveis e, mais recentemente, a AIDS.



O Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) se unem em uma ação inédita e histórica. A Igreja Católica vai mobilizar suas pastorais e movimentos religiosos, além da rede de saúde e meios de comunicação, para sensibilizar os fiéis sobre a importância da testagem para Aids na população geral e para sífilis entre as gestantes. Com slogan *Declare seu amor por você*, a

campanha será veiculada para o público em geral. (Fonte: Site do Ministério da Saúde)

Outro campanha feita pelo Ministério da Saúde em parceria com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o slogan “Declare seu amor por você”, retoma o discurso da igreja católica, em que a prática do sexo deve estar associada apenas a procriação, a fim de evitar doenças sexualmente transmissíveis, em especial a AIDS.



Com o slogan “Muito prazer, sexo sem DST” a campanha remete ao imaginário do prazer e mostra ao público que, sem a doença e seus incômodos, o sexo pode ser muito melhor. Como elemento principal da logomarca tem-se uma pimenta, “esquentando” a mensagem. (Fonte: Site do Ministério da Saúde)

Observa-se que as campanhas feitas pelo Ministério da Saúde apóiam-se no discurso da higienização do corpo,

como a apresentada anteriormente; com o slogan “Muito prazer, sexo sem DST”. Da mesma forma a cartilha direcionada para lésbicas e mulheres bissexuais, procura desconstruir o preconceito com relação ao homossexualismo, e retornar o discurso da higienização, principalmente no uso de objetos durante a masturbação.

A homossexualidade ainda é um tabu.
Mas não deveria ser.

Todas as pessoas têm direito
à liberdade, ao respeito, à dignidade
e à livre expressão da orientação sexual.

Este material foi feito para você,
lésbica ou bissexual.

Nele você vai encontrar dicas sobre
saúde (alimentação, gravidez,
uso de drogas e menopausa),
sexualidade e informações
sobre a legislação brasileira.

(Fonte: Site do Ministério da
Saúde)

Cabe destacar que a maior parte das campanhas contam com a contribuição de artistas e músicos, sendo promovidas através de shows de

Rock`n Roll, e de Festivais de Música Sertaneja, confirmando a hipótese de que aos meios de comunicação tornam público o discurso de prevenção, higienização e controle da natalidade fornecido pelo Estado.

A principal peça da campanha (DST 2009 – Muito Prazer Sexo sem DST) é o jingle. Uma música foi criada a partir do tema da campanha e gravada por importantes nomes da música sertaneja, como Chitãozinho e Xororó, Daniel, Gino e Geno, que aderiram à campanha emprestando suas vozes e participando da gravação de um clipe. Tanto a música, quanto o clipe e os jingles de 30 e 60 segundos podem ser reproduzidos em rádios irrestritamente. (Fonte: Site do Ministério da Saúde).

Dessa forma, o discurso acerca da sexualidade engloba não apenas o ambiente particular, mas alcança o espaço público, principalmente por meio das campanhas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez fornecidas pelo Ministério da Saúde. Nota-se que esse discurso encontra-se em articulação com os problemas sociais, tais como mencionados anteriormente: gravidez precoce, crescimento desordenado da população mais pobre, doenças sexualmente transmissíveis e, mais

recentemente, a AIDS. É nesse aspecto que o Ministério da Saúde desenvolve cartilhas e cadernos sobre os Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, destinados a homens e mulheres, adultos e adolescentes.

Outra fonte utilizada por este trabalho como metodologia de pesquisa foi o resultado de surveys presente no livro **“A cabeça do brasileiro”**, de Alberto Carlos Almeida. De acordo com o autor, mais que mensurar *core values*, buscou-se medir o Brasil com os conceitos compreendidos pelo Brasil, entre esses, a sexualidade. Alberto Carlos Almeida lembra que o Brasil possui uma imagem, dada em especial pelos meios de comunicação, de liberalidade sexual. No entanto, dados de sua pesquisa sobre as praticas sexuais brasileiras apontam que o país é bem mais conservador do que se pensa. Há uma rejeição enorme ao homossexualismo, e ao sexo anal.(mais de 75% dos brasileiros reprovam esses atos). E mais da metade da população não aprova outra modalidade sexual além do sexo tradicional (*“papai-e-mamãe”*).

O autor afirma que os que pertencem a população economicamente ativa são treze pontos

mais favoráveis às situações de maior liberação sexual do que os não pertencem. Além disso, quanto maior a idade da pessoa, maior sua reprovação a certos atos sexuais. Logo, a população mais jovem é mais flexível a certas atitudes sexuais do que a mais velha. Outro ponto importante apontado pelo autor é o nível de escolaridade. Para ele *“o Brasil é um país praticamente dividido entre a visão de mundo das pessoas com escolaridade superior de um lado e a mentalidade das demais escolaridades do outro”* (Almeida, 2007: 166). Os primeiros são os que mais aprovam práticas sexuais como o homossexualismo, a masturbação e o uso de revistas pornográficas. E acrescenta ainda que, ao se falar de sexo, não se pode deixar de pensar em religião. Quanto mais religiosos, menos liberais quanto à sexualidade. O autor conclui com a afirmação de que, *“em termos de mentalidade, o Brasil comporta dois países: o dos que tem uma visão mais liberal sobre sexo, grupo ao qual pertencem os supostos formadores de opinião que, em algumas situações, definem o conteúdo da mídia; e dos conservadores”*. (Almeida, 2007: 174).

Através da análise das cartilhas do Ministério da Saúde, percebe-se que a sexualidade continua a ser sempre abordada em termos de prevenção e relacionada às DSTs. Fica claro, ao se analisar o conteúdo e a forma desses informativos, que o Estado busca nos últimos anos uma tentativa de aproximação e diálogo com os grupos de risco, como homossexuais e usuários de drogas.

Esse tipo de iniciativa pode ser considerado um avanço, já que possibilita a comunicação do Estado com minorias importantes que dificilmente tem voz nas discussões relacionadas ao tema da sexualidade. Por outro lado, essa aproximação corre o risco de ser encarada negativamente, unicamente enquanto uma maneira de se prevenir doenças e a gravidez indesejada, que não engloba um debate mais abrangente em torno da sexualidade.

Destarte, é necessário mensurar os efeitos desse tipo de política frente aos grupos aos quais é endereçado. Desse modo, o presente trabalho alerta para os possíveis avanços desse diálogo sobre a sexualidade proposto pelo Ministério da Saúde, mas também para suas limitações. A situação incipiente

em que se encontra presente pesquisa certamente exigirá muito trabalho e um longo percurso a ser percorrido. Não obstante, a certeza de que a espera um amplo horizonte de possibilidades e polêmica em torno de um tema tão delicado, urgente e ambíguo é suficiente para que se tenha a certeza quanto à pertinência da questão, ainda pouco trabalhada de modo consciente nas ciências sociais.

Abstract

Sexuality is a matter that, for its biological features, necessarily is present in the life of all individuals. However, besides its physiological character, sexuality has also social features. Therefore, it becomes a question that requires a public treatment. What we normally see, however, is that sexuality is an issue that is not often treated in a specific way in public policies, appearing much more in policies related to criminality, education and, specially, health, dealing with a negative approach that relates sex to the spread of diseases and undesired pregnancy. Thus, our paper aims to look for the comprehension of this apparent “absence” of discussion about sexuality in the sphere of public policies, and undertakes a study about the social conception concerning this topic in order to find out if this matter is configured as a taboo subject, which has uniform rules of conduct, or even if there is a discourse that spreads in a multifaceted manner. It also undertakes a bibliographic study about the evolution of the social thinking

concerning sexuality, in order to understand how much the idea of sex is consolidated or continuously transformed. Thus, it will be possible to understand better the national public policies, performing, this way, a brief analysis of some of the Health Ministry campaigns.

Keywords: sexuality, device sexuality, biopower.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Alberto Carlos. *A Cabeça do Brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. A emergência de um discurso público sobre a sexualidade: no Rio de Janeiro. In: *Tecendo Saberes: Jornada de Pesquisadores em Ciências Humanas – CFCH/UFRJ*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda, 1994.

BECKER, Howard. *Outsiders: Estudo da sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes, 2007.

COULON, Alain. *Etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

LEITE, Vanessa Jorge. *Sexualidade adolescente como direito? A visão de formuladores de políticas públicas*. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2009.

PARTRIDGE, Burgo. *Uma História das Orgias*. Lisboa: Século XXI, 2003.

SÁUDE, Ministério da. *Livreto especial para lésbicas e mulheres bissexuais*. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0126_FL.pdf. Acessado em 20/06/2010.

_____. Departamento de DST, AIDS e Hepatite viral. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/main.asp?View={CEBD192A-348E-4E7E-8735-B30000865D1C}&Mode=1>. Acessado em 20/06/2010.